

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

PROGRAMA DE ENSINO

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 6 1



2.^a CADEIRA do 5.^o ANO
DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

I — Dos Recursos

PONTO 1.^o

1. Dos recursos em geral: noções.
2. Seu fundamento jurídico e filosófico.
3. Espécies.

PONTO 2.^o

1. Da Apelação: noções gerais; espécies.
2. Dos efeitos da apelação.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 3.^o

1. Do Agravo: noções gerais e espécies.
2. Do agravo de petição: quando tem lugar, efeitos.
3. Rito processual e prática formulária, nas duas instâncias.

PONTO 4.º

1. Do Agravo de Instrumento: noções e casos em que tem lugar.
2. Efeitos.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 5.º

1. Do Agravo do Auto do Processo: casos em que ocorre; efeitos e prática formulária.
2. Dos Agravos de despachos na Segunda Instância.
3. Da Carta Testemunhável: conceito e finalidade; sua supressão no novo Código de Processo.

PONTO 6.º

1. Dos Embargos: noções gerais, natureza e espécies.
2. Dos embargos ao Acórdão: quando tem lugar; rito processual e prática formulária.
3. Dos embargos à Sentença e dos Embargos de Declaração: casos em que ocorrem e prática formulária.

PONTO 7.º

1. Da Revista: conceito, fundamento e casos em que tem lugar.

2. Efeitos, rito processual e prática formulária.
3. Do prejudgado: conceito e finalidade. Seu processo.

PONTO 8.º

1. Recurso Extraordinário: conceito e finalidade.
2. Casos em que tem lugar; efeitos.
3. Rito processual e prática formulária.

II — Dos processos da competência originária dos Tribunais

PONTO 9.º

1. Da Homologação das Sentenças Estrangeiras: fundamento e sistemas.
2. Do sistema adotado no Brasil: rito processual e prática formulária.
3. Da homologação de sentenças de falência.

PONTO 10.º

1. Conflitos de jurisdição: conceito e finalidade.
2. Casos em que ocorrem; seus efeitos.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 11.º

1. Da Ação Rescisória: fundamento, natureza e finalidade.
2. Casos em que tem cabimento.
3. Rito processual e prática formulária.

III — Da Execução de Sentença

PONTO 12.º

1. Teoria Geral da Execução: juízo e partes competentes.
2. Do ingresso na execução.
3. Do objeto da execução.

PONTO 13.º

1. Da execução por quantia certa; casos e forma.
2. Nomeação de bens e penhora.
3. Gradação a ser observada; prática formulária.

PONTO 14.º

1. Da Penhora: conceito e natureza.
2. Objeto da penhora. Bens absoluta e relativamente impenhoráveis.

3. Requisitos e forma da penhora; prática formulária.

PONTO 15.º

1. Da penhora em créditos, direitos e ações.
2. Penhora no rosto dos autos.
3. Ação subrogatória.

PONTO 16.º

1. Disposições comuns aos bens penhorados.
2. Depósito e administração dêles.
3. Dos seus frutos e rendimentos.

PONTO 17.º

1. Refôrço e redução da penhora; substituição do bem penhorado.
2. Segunda penhora e concorrência de penhoras.
3. Dos efeitos da penhora.

PONTO 18.º

1. Da avaliação: necessidade; efeitos; casos em que se dispensa; como se procede.

2. *Dos Editais de praça*; requisitos e formas.
3. Afixação e publicação dos editais.

PONTO 19.º

1. Da Arrematação: teoria a natureza da alienação dela decorrente.
2. Da praça. Auto e carta de arrematação.
3. Dos efeitos da arrematação.

PONTO 20.º

1. Da Adjudicação: natureza e condições.
2. Adjudicação de rendimentos.
3. Efeitos da adjudicação; carta.

PONTO 21.º

1. Da Remissão: da execução e de bens penhorados; oportunidade; pessoas que a podem pedir, preço.
2. Efeitos. Carta de remissão.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 22.º

1. Da Execução contra a Fazenda Pública.

2. Execução por dívida alimentícia.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 23.º

1. Da execução provisória: casos em que ocorre.
2. Atos que compreende.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 24.º

1. Da Execução por causa certa ou em espécie: conceito e natureza.
2. Casos e meios empregados.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 25.º

1. Da Execução das Obrigações de fazer ou não fazer: casos e forma.
2. No caso de condenação a emitir uma declaração de vontade.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 26.º

1. Da Execução por quantia incerta: noções e casos.
2. Liquidação da sentença.
3. Rito processual e prática formulária.

PONTO 27.º

1. Da Defesa do Executado: casos, oportunidade e efeitos.
2. Embargos à penhora e à arrematação, rito processual e prática formulária.
3. Embargos nas execuções reais e nas de obrigações de fazer ou não fazer.

PONTO 28.º

1. Alienação em Fraude de Execução: conceito e casos em que ocorre.
2. Natureza e índole processual.
3. Efeitos.

PONTO 29.º

1. Do Concurso de Credores: conceito e fundamento.
2. Suas condições e efeitos.

3. Protesto de preferência. Processo do concurso e prática formulária.

PONTO 30.º

1. Da desapropriação por Utilidade Pública: noções gerais e fundamento legal; do decreto de desapropriação.
2. Processo de dasapropriação: modo e forma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados.
3. Da requisição e uso da propriedade particular.

IV — Dos Processos Administrativos

PONTO 31.º

1. Do Inventário: noções gerais.
2. Tempo, lugar e pessoa a quem cabe a sua iniciativa.
3. Prazos para início e término.

PONTO 32.º

1. Do inventariante: nomeação e preferência para o exercício do cargo. Das declarações de herdeiros e bens.
2. Da citação dos herdeiros e contestação de sua qualidade.
3. Questões de alta indagação. Prática formulária.

PONTO 33.º

1. Da avaliação.
2. Das declarações finais.
3. Da colação e sua conferência. Prática formulária.

PONTO 34.º

1. Do pagamento das dívidas.
2. Da reserva de bens, adjudicação e venda, para êsse pagamento.
3. Da liquidação ou cálculo e sua impugnação. Sêlo de herança.

PONTO 35.º

1. Da partilha: a) — judicial; deliberação e esboço.
2. b) — amigável: quando pode ocorrer: formalidades;
c) — feita em vida.
3. Efeitos da partilha. Formal de partilha.

PONTO 36.º

1. Do Arrolamento: quando tem lugar.
2. Formalidades e seu curso.
3. Prática formulária.

PONTO 37.º

1. Da apresentação e abertura de testamentos; cerrado e público.
2. Do testamento ológrafo ou particular.
3. Do testamento militar e do marítimo.

PONTO 38.º

1. Da execução dos testamentos. Do testamenteiro.
2. Do arbitramento da vintena.
3. Da extinção do usufruto e do fideicomisso.

PONTO 39.º

1. Da arrecadação dos bens de defunto: noções gerais; cautelas, quando ao lugar e a iniciativa da arrecadação; guarda e administração dos bens.
2. Da habilitação dos herdeiros e da ação para o reconhecimento de seus direitos hereditários.
3. Herança jacente e o regímen do Decreto lei n.º 1907, de 26 de dezembro de 1939.

PONTO 40.º

1. Dos bens de ausentes; arrecadação, modo e forma de procedê-la.

2. Da sucessão provisória: noções e fundamento legal. Processo e prática formulária.
3. Dos bens achados: noções gerais; arrecadação e processo.

PONTO 41.º

1. Do processo do Registro Torrens; noções, utilidade, inscrição e oposição.
2. Dos processos relativos ao Registro Civil.
3. Dos assentos fora de prazo; averbações, suprimentos, retificações e anulações.

PONTO 42.º

1. Dos processos de tutela: noções gerais.
2. Nomeações e exercício de tutores: preferências, atribuições e deveres.
3. Da destituição dos tutores.

PONTO 43.º

1. Da interdição dos incapazes: noções gerais, iniciativa e processo.
2. Da nomeação e destituição dos curadores, seus deveres e responsabilidades.

3. Do levantamento da interdição.

PONTO 44.º

1. Da venda, arrendamento e hipoteca de bens dos incapazes.
2. Da especialização da hipoteca legal; noções gerais e fundamento legal.
3. Da prestação de contas dos tutores e curadores.

PONTO 45.º

1. Da emancipação: noções gerais e fundamento legal.
2. Casos em que pode ocorrer.
3. Iniciativa do processo, rito e prática formulária.

PONTO 46.º

1. Do processo de incorporação de bens ao Patrimônio Nacional: noções gerais e fundamento legal.
2. Do suprimento do consentimento: noções gerais e processo.
3. Da subrogação de bens inalienáveis, noções gerais, fundamento legal e processo.

PONTO 47.º

1. Do bem de família: noções gerais; modo e forma de proceder a sua instituição.
2. Da separação de dote e da venda de bens dotaes noções gerais e processo.
3. Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do domínio útil e do direto: noções gerais e processo.

PONTO 48.º

1. Do casamento: habilitação prévia; opposição de impedimentos; dispensa de proclamas; celebração.
2. Do casamento in extremis: processo.
3. Do desquite por mútuo consentimento, formalidades. Retratação e reconciliação.

PONTO 49.º

1. Da liquidação de sociedades noções gerais.
2. Designação do Liquidante: atos que lhe incumbem: sua destituição.

PONTO 50.º

1. Das fundações: organização e instituição .
2. Funcionamento e fiscalização.
3. Extinção.

V — Das Falências

PONTO 51.º

1. Da falência: conceito e fundamento; natureza processual.
2. Unidade e universalidade da falência.
3. Processo para sua declaração e seus efeitos.

PONTO 52.º

1. Do síndico: nomeação e atribuições: carácter e de sua função; destituição.
2. Arrecadação dos bens.
3. Verificação e classificação dos créditos. Impugnações. Habilitação dos credores retardatários. Quadro Geral dos credores.

PONTO 53.º

1. Assembléa de credores: constituição e poderes.
2. Relatório do síndico.
3. Realização do ativo e liquidação do passivo.

PONTO 54.º

1. Da concordata terminativa: quem a pode oferecer, oportunidade; garantias.

2. Sua aceitação e recusa. Seu comportamento e reabilitação do falido.
3. Da concordata preventiva.

PONTO 55.º

1. Dos Embargos à Concordata: oportunidade e matéria que nêles pode ser arguída.
2. Seu processo e julgamento.
3. Recisão da concordata: efeitos.

PONTO 56.º

1. Dos processos incidentes na falência: Da reclamação reivindicatória.
2. Da ação revogatória e da revisão de créditos.
3. Dos embargos de terceiro. Processo e prática formulária.

VI — Da Justiça do Trabalho

PONTO 57.º

1. Da Justiça do Trabalho: noções gerais, natureza e autonomia.
2. Sua organização, jurisdição e competência.

3. As Juntas de Conciliação; os Conselhos Regionais; o Conselho Nacional do Trabalho.

PONTO 58.º

1. Do processo judiciário do trabalho nos dissídios individuais: forma da reclamação, notificação.
2. Da audiência de julgamento: provas, debates.
3. Conciliação e decisão.

PONTO 59.º

1. Dos dissídios coletivos: instância, conciliação e julgamento; da extensão das decisões.
2. Dos recursos na justiça trabalhista.
3. Da execução das sentenças trabalhistas.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Janeiro de 1959.

Prof. Mário Guimarães de Souza
Catedrático



Imprensa Universitária